

## RESENHA DE LIVRO

Jorge Gracia, *Hispanic/Latino Identity. A Philosophical Perspective* (Oxford, Blackwell Publishers Ltd., 2000), pp. xx + 235  
ISBN 0-631-21764-9 (paperback)

AMÓS NASCIMENTO

Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP  
Caixa Postal 68  
13400-911 PIRACICABA, SP  
BRASIL

*asnascim@unimep.br*

Entre 10 e 12 de outubro de 1997, ocorreu nos Estados Unidos a primeira grande conferência sobre o tema “Hispanics: Cultural Location/Hispanos: Localidades Culturales”. Palco dessa conferência interdisciplinar, coordenada por Eduardo Mendieta e Pedro Lange Churión, foi a University of San Francisco, em San Francisco, Califórnia. O lugar não poderia ser melhor. O sudoeste estadunidense, cujos estados (Novo México, Arizona, Texas, Colorado, Nevada e Califórnia) revelam em seu nome a secular herança espanhola, pode ser visto como um dos mais fortes baluartes da cultura de origem hispânica nos Estados Unidos, pois é tradicional reduto dos *chicanos*.

Um dos mais importantes participantes deste evento foi Jorge Gracia, que atuou como conferencista em uma das sessões plenárias centrais. Com seu estilo provocativo e bem humorado, Gracia entreteve sua audiência ao mesclar uma boa dose de ironia com duras críticas ao sistema acadêmico e filosófico nos Estados Unidos, observando que a academia não reconhece nem valoriza a contribuição hispânica e latina à história da filosofia. Além de proferir essa conferência, Gracia

© *Manuscrito*, 2000. Published by the Center for Logic, Epistemology and History of Science (CLE/UNICAMP), State University of Campinas, P.O. Box 6133, 13081-970 Campinas, SP, Brazil.

organizou um simpósio sobre o tema “Philosophy and Hispanic/Latino Identity”. O título deste simpósio já antecipava a publicação do livro que temos em mãos, *Hispanic/Latino Identity. A Philosophical Perspective*, o qual passamos em revista a seguir.

## I

Começemos por identificar o autor. Jorge Gracia, nascido em Cuba e radicado há mais de três décadas nos Estados Unidos, é Samuel P. Capen Chair and Distinguished Professor of Philosophy na State University of New York em Buffalo, ocupando posições de liderança na American Philosophical Association (APA), sobretudo no Comitê sobre Hispânicos e Filosofia, além de exercer influência como mentor de uma nova geração de filósofos que se dedicam ao tema da filosofia latino-americana. É organizador de mais de doze livros, entre eles *Latin American Philosophy in the Twentieth Century* (Prometheus Books, 1986), e autor de outros dez, como *Introduction to the Problem of Individuation in the Middle Ages* (Philosophia Verlag, 1988), *Individuality: An Essay on the Foundations of Metaphysics* (SUNY Press, 1988), *A Theory of Textuality: The Logic and Epistemology* (SUNY Press, 1995), *Texts: Ontological Status, Identity, Author, Audience* (SUNY Press, 1996), *A Filosofía y su Historia. Cuestiones de Historiografía Filosófica* (Universidad Nacional Autónoma de México, 1998) e *Filosofía Hispánica: Concepto, Origen y Foco Historiográfico* (Universidad de Navarra, 1998). Tem publicado mais de 150 artigos sobre ontologia, metafísica, história da filosofia e filosofia latino-americana.

Identifiquemos então a obra em epígrafe. Poder-se-ia esperar na capa a estampa de alguma das imagens já clássicas dos murais mexicanos que aludem à latinidade, mas não é este o caso. A simplicidade da capa em tom alaranjado coloca em sóbria evidência o título, no qual se destaca o termo “identity”. E a contracapa anuncia: trata-se de um “instrumento indispensável para qualquer pessoa interessada em estudos hispânicos/latinos, política social, e a história do pensamento e da cul-

tura”. Cabe aqui uma pergunta: o livro é de interesse para a área da filosofia? Esta pergunta, mais do que as estratégias de um fino trabalho editorial, nos convida à leitura do conteúdo.

## II

O livro é dividido em sete capítulos precedidos por um prefácio e complementados por uma breve conclusão.

Prefácios geralmente se dedicam a apresentar um livro de modo sumário, esclarecendo o contexto de sua escrita e apresentando com as devidas precauções protocolares os agradecimentos a colegas de classe e profissão. Jorge Gracia, porém, inicia com uma pergunta (p. vii): por que publicar um livro sobre identidade hispânica/latina agora? Arrola várias razões: a população hispânica/latina cresce de modo vertiginoso, a sua presença global também se amplia, este processo traz consigo novos desafios, políticas públicas nos Estados Unidos têm confrontado essa situação, e devido à importância global deste país a questão se torna mundial. Mas em última instância, o argumento é contingente, pois Gracia responde à pergunta afirmando não ter o livro aspirações de representar a comunidade hispânica/latina, mas simplesmente de trazer à tona as experiências pessoais e particulares do autor (p. xiv), um filósofo *desterrado*, isto é, hoje estabelecido em uma terra que não a sua natal.

O primeiro capítulo, “Como deveríamos chamar a nós mesmos?” (What Should We Call Ourselves?), começa com uma discussão sobre as origens, problemas e objeções aos termos “hispânico” e “latino”, bem como *chicano*, *raza* e *criollo*, além de discutir a proposta de se evitar uma referência nominal como forma de identificar o “nós mesmos” explícito no título do capítulo. Ao desenvolver uma discussão histórica sobre esses termos em suas mais variadas acepções (p. 2-26), Gracia arrola distintas objeções ao seu uso, como por o exemplo o argumento empírico de que estes nomes não têm referência fixa, ou o

fato de não haver unidade geográfica e cultural que congregue uma série de indivíduos sob a mesma identidade, ou ainda o argumento político e moral segundo o qual tais denominações foram impostas violentamente por conquistadores e enfatizam mais a unidade assimiladora do que a diferença e autonomia. Apesar destas objeções, Gracia conclui que os debates sobre os termos acima mencionados reforçam um argumento central do livro: nomes têm, de qualquer modo, a função e a força de estabelecer ou revelar uma identidade (p. 26). Aqui podemos colocar uma pergunta provocativa: a quem cabe definir uma identidade e com que autoridade? Voltaremos a essa pergunta no final.

O segundo capítulo, “O que há em um nome? A relação dos nomes com a identidade e a etnia” (What’s in a Name? The Relation of Names to Identity and Ethnicity), toma a conclusão acima como ponto de partida, aprofundando-a em termos filosóficos. É neste capítulo que se encontra o melhor argumento para responder à nossa pergunta inicial, pois embora haja decidido escrever um livro para o público em geral, Gracia afirma aqui a necessidade de uma discussão mais filosófica sobre os termos apresentados no primeiro capítulo. Aqui se revela o autor de livros sobre ontologia e metafísica, pois Gracia parte do *problema da identidade* em relação com a similaridade e rejeita a idéia de uma *identidade absoluta* para afirmar uma *identidade relativa* (p. 29-30). Com esse termo ele quer dizer que a identidade é sempre dependente de uma variável temporal e histórica, que pode ser definida como *acrônica*, *sincrônica* e *diacrônica*. De fato, tal estratégia lhe permite posicionar-se perante as discussões sobre o caráter denotativo de nomes próprios desenvolvidas de Russell a Kripke, que levaram à teoria da referência direta (p. 35ss.), bem como perante os debates entre os construtivistas sociais, que vêem a identidade como mera construção discursiva, sempre passível de relativização. Mas Gracia não entra no mérito destas questões. Para ele, o mais importante é que as discussões sobre o sentido e aplicação de nomes a indivíduos e grupos serve de antídoto contra as objeções vistas no primeiro capítulo.

Assim, o terceiro capítulo, “O que faz com que sejamos o que somos? A chave para nossa unidade na diversidade” (What Makes Us Who We Are? The Key to Our Unity in Diversity), retoma o caminho trilhado inicialmente a fim de defender a utilização do termo “hispânico/latino” por meio de uma análise conceitual. O primeiro ponto se baseia na necessidade de nomes como forma de determinar a realidade e ancorar nosso discurso à ela, o que pode vir a ser algo positivo em se tratando de grupos étnicos, desde que sejam observadas algumas condições. A mais importante delas, e que complementa o argumento por uma *identidade relativa*, refere-se às relações históricas que tendem a gerar algumas propriedades comuns (p. 49). Com base nesta condição, Gracia define a utilização do termo “hispânico” para referir-se ao povo que se concentrou, a partir de 1492, na península ibérica, na América Latina e em alguns locais dos Estados Unidos devido a contingências históricas (p. 52). Tendo o cuidado de não aplicar o termo a propriedades intrínsecas ou a essências étnicas homogêneas definidas de modo arbitrário, e de considerar o argumento moral segundo o qual o termo “hispanico” foi imposto pelos conquistadores, Gracia se baseia em Wittgenstein para ver a comunidade como uma “família”. O importante nessa identidade são, portanto, as relações de aproximação. Segundo ele, não necessitamos mudar nosso nome e identidade sempre quando alguém os utilize de modo pejorativo e racial (p. 65), mas imbuí-los de significado positivo e pluralista, deixando espaço para diferenças.

Gracia insiste que este argumento é conceitual e histórico. Não é político, e portanto não se baseia na necessidade de ser ter um nome comum para dar mais força a determinado grupo nos Estados Unidos, ou justificar um Pan-Americanismo. Este ponto é aprofundado no quarto capítulo, “Uma Ilustração: Filosofia Hispânica” (An Illustration: Hispanic Philosophy), no qual se argumenta que a denominação escolhida é útil também por reunir várias iniciativas filosóficas que parecem fragmentadas em projetos nacionais de filosofia no Equador, Uruguai, Argentina e outros países (p. 70ss.). O que haveria de comum nestes

vários projetos? Um fator é que o encontro de culturas levou à existência de *transterrados*, que saíram da Espanha para se radicar nas Américas. Na realidade, o inverso também ocorreu, pois as colônias americanas foram importantes na própria fundamentação da identidade espanhola e portuguesa a partir de 1492. Assim, o que hoje ocorre em termos de projetos filosóficos em países da chamada América Latina e em círculos hispânicos nos Estados Unidos guardaria relações históricas com eventos ocorridos na península ibérica partir do século XVI. Cabe notar que, embora Gracia não se refira à Índia, China e ilhas do Pacífico – ainda que missionários jesuítas e descobridores ibéricos tenham chegado à Ásia –, seu argumento valeria também para aquele contexto. Porque não incluí-los também, ou pelo menos justificar sua exclusão da cultura latina? Além disso, ele se refere a Portugal e ao Brasil somente *en passant*. Revelam-se já aqui certas posturas seletivas, que surgem também ao nos perguntarmos sobre o lugar da cultura e da filosofia portuguesa e brasileira no escopo da “hispanicidade”.

“De onde viemos? Encontros, Invenções e Mestiçagem” (Where do We Come From? Encounters, Inventions and Mestizaje). Este é o título do quinto capítulo. Se nos capítulos anteriores Gracia argumenta que a comunidade hispânica não deve ser definida a partir de propriedades políticas, raciais, lingüísticas, genéticas ou econômicas, mas em termos de relações históricas estabelecidas a partir do final do século XV, neste ponto do livro a discussão se volta para a questão da diversidade. Já no século XVI, a *madre patria* Espanha se apresentava em termos de unidade política, mas trazia consigo uma variedade de culturas, etnias e línguas. Até mesmo a ênfase no *sangue azul*, isto é, na pureza racial e na pele clara cuja transparência revelava a cor das veias (p. 95), mostra que havia uma grande mistura entre os povos, uma mestiçagem. Segundo Gracia, o “encontro” com as Américas levou a um fenômeno semelhante, que misturou indígenas, africanos e hispânicos em um *ajiacó* – um ensopado cubano, que nos remete também à idéia do “melting pot” nos Estados Unidos (p. 110-111). Gracia explora muitas nu-

ances interessantes do tema, mas deve-se notar que exemplos como a “sociedad mestiza” na Colômbia, a cultura “café con leche” na Venezuela e a “democracia racial” no Brasil poderiam receber mais atenção. De qualquer modo, Gracia dedica bastante espaço à discussão geral sobre a mestiçagem (p. 108-121), considerando-a como um elemento positivo, distinto tanto da pretensão de pureza racial quanto da assimilação cultural. Do modo como ele apresenta a questão, poder-se-ia chegar a favorecer a assimilação impositiva das diferenças, mas também aqui o conceito de *identidade relativa* aparece como *Leitmotiv*, e a idéia de identidades essenciais ameríndias, africanas e ibéricas é rejeitada para dar lugar à ênfase nos diversos encontros entre estes grupos, encontros que levaram à progressiva definição da identidade mestiça que se observa tanto na América Latina, como nos “hispano-americanos” que se encontram hoje nos Estados Unidos (p. 123-129).

É fácil notar a diferença de tom no sexto capítulo, “A Busca pela Identidade. América Latina e sua Filosofia” (The Search for Identity. Latin American and Its Philosophy). Não se trata mais de perguntas, como nos títulos anteriores, mas de uma afirmação. Aliás, de afirmação que vem em resposta à pergunta que colocamos de início: esta questão é de interesse para a área da filosofia? Pelo menos em termos históricos, Gracia afirma que sim. Destaca que a questão da identidade foi preocupação filosófica em pelo menos três contextos e momentos diferentes: na península ibérica, na América Latina, e na comunidade hispano-americana nos Estados Unidos. Como já notamos, faltaria aqui referência a Macau, às Filipinas, ao Brasil. Porque estas culturas não são discutidas por Gracia, embora tenham sido parte da colonização ibérica? Ele responde, afirmando que, na realidade, é no contexto latino-americano que esta questão recebeu maior atenção filosófica. Assim, continua, a questão da identidade latina torna-se muito relevante para a filosofia em geral, inclusive por haver uma aparente contradição entre os termos “filosofia” e “América Latina”.

Muitos argumentam que não há uma filosofia latino-americana, mas somente a apropriação indevida, eurocêntrica e parasita de outros modos de pensar. Gracia rejeita essa posição, mostrando com detalhe um processo que vem desde a escolástica, passando pela adoção política do positivismo e a filosofia da cultura, e chegando a posições tais como o marxismo e o pós-modernismo (p. 135ss.). Tais posições são divididas em três tendências – universalistas, culturalistas e críticas –, incluindo pensadores de vários países latino-americanos como José Enrique Rodó, Leopoldo Zea, José Vasconcelos, Samuel Ramos, Eduardo Nicol, Augusto Salazar Bondy e Francisco Miró Quesada (p. 140-152), e chegando também a um grupo de filósofos que, coincidentemente, são cubanos e se estabeleceram nos Estados Unidos, como José Martí, Vicente Medina, Ofelia Schutte e o próprio Jorge Gracia (p. 152-157).

A apresentação deste grupo leva ao último capítulo, “Estrangeiros em Nossa Própria Terra. Hispânicos na Filosofia Americana” (Foreigners in Our Own Land. Hispanics in American Philosophy), onde a resposta à nossa pergunta e à própria questão inicial colocada por Gracia é dada de modo contundente: “um livro sobre a identidade hispânica/latina escrito nos Estados Unidos não pode ignorar nossa situação na sociedade americana [...] e nem filósofos não-hispânicos ou filósofos hispânicos têm dado muita atenção a questões filosóficas envolvendo hispânicos ou a filosofia hispânica” (p. 159). Este último capítulo, mais voltado para dados e números sobre o pequeno impacto de filósofos hispânicos nos Estados Unidos, a despeito das políticas da American Philosophical Association (APA), tenta reforçar o argumento expresso no título: filósofos hispânicos são estrangeiros em sua própria terra (p. 180), pois a sua identificação como tais ou seus estudos na área não são reconhecidos pelo *establishment* filosófico nos Estados Unidos (p. 187).

A curta conclusão leva a um ponto, apresentado anteriormente e afinal retomado por Gracia: “minha tese é de que hispânicos/latinos constituem uma tal família histórica e, portanto, que identificar a nós mesmos como tais é não somente justificado, mas também útil” (p.



191). Justificado, porque o termo “hispanico” é o único capaz de incluir ibéricos, latino-americanos e hispano-americanos em um amplo grupo. Útil, porque nos leva a refletir sobre as partes que constituem esse grupo. Mas, segundo Gracia, a intenção é acima de tudo crítica, ao propor que não há unidade essencial, mas somente relações históricas dentro deste grupo.

### III

Após a leitura um tanto detalhada aqui proposta, podemos tecer alguns comentários críticos. Proponho retomar o caminho já percorrido, concentrando-nos em três aspectos que ficaram em aberto e que agora merecem nossa atenção.

Em primeiro lugar, é mister identificar o contexto da publicação. O livro de Jorge Gracia não é um evento isolado. O título, ao anunciar uma discussão filosófica sobre a identidade hispânica e latina, se insere no bojo das publicações anteriores do autor, indicando assim um processo de maturidade, aprofundamento e contínuo interesse em temas abordados por Jorge Gracia em seus livros anteriores. Além disso, a iniciativa tem um bom pretexto. Como já se via nos crescentes e polêmicos debates na Califórnia sobre a instituição do espanhol castelhano como língua oficial, na importante conferência realizada em San Francisco, no *revival* da cultura cubana e mesmo nos debates sobre o futuro do garoto Elian González, a questão sobre a identidade latina ou hispânica nos Estados Unidos tem ganhado cada vez mais espaço nos debates públicos e filosóficos.

Este contexto nos leva a rever a pergunta do primeiro capítulo. Antes de indagar, “Como deveríamos chamar a nós mesmos?”, faltaria uma justificação e resposta à seguinte pergunta: “Por que a questão da identidade é relevante?”. À luz do que dissemos acima, poder-se-ia dizer que a questão da identificação ou identidade é relevante, digamos, com relação à “ação afirmativa” (*affirmative action*), na qual se defende a

manutenção de quotas para a promoção de mulheres e de minorias étnicas nos Estados Unidos. Outro argumento, seria a necessidade de precisar uma nomeação já existente. O Censo dos Estados Unidos, por exemplo, define: “A person is of Spanish/Hispanic origin if the person’s origin (ancestry) is Mexican, Mexican-American, Chicano, Puerto Rican, Dominican, Ecuatoran, Guatemalan, Honduran, Nicaraguan, Peruvian, Salvadoran; from other Spanish-speaking countries of the Caribbean or Central or South America; or from Spain”. Mas ao mesmo tempo, a Spanish American Heritage Association afirma: “A Hispanic person is a Caucasian of Spanish ancestry. The Mexican American and Puerto Rican are not Caucasians of Spanish ancestry, and therefore are not Hispanic”. Há, portanto, conotações e opções políticas na opção por um ou outro termo de identificação. Outro ponto de partida seria considerar a reação de alguns grupos a essa denominação genérica: pessoas de origem mexicana se denominam *Chicanas* ou Mexican Americans (ou, no caso do Texas, Tex-Mex), feministas se denominam *Latinas*, comunidades negras assumem sua identidade “Afro-Latina” e outros grupos se afirmam de modo distinto. No primeiro capítulo, Gracia arrola as diferentes denominações e seus respectivos argumentos, sem ir a fundo nesta questão política. O que ele nos diz é que nomes são importantes para identificação, que alguns podem ser melhores que outros, e que sua opção é justamente por um dos mais problemáticos entre todos os nomes disponíveis, que ele então julga válido e útil para tentar reunir todas as diferenças. Embora ele equipare os termos “latino” e “hispânico”, na prática ele enfatiza este último.

Em segundo lugar, devemos ver as estratégias propriamente filosóficas para a defesa do argumento e do objeto de sua preocupação, sobretudo como ele chega indiretamente à problemática idéia de “representação”. O segundo capítulo, que tenta ancorar a discussão no marco de uma epistemologia, bem poderia ser o primeiro. É nele que Gracia fala mais diretamente sobre o sentido e necessidade da identidade e da identificação através das variáveis temporais – acrônica, sincrô-

nica e diacrônica. De fato, há muitos exemplos de referências lingüísticas que se alteram radicalmente desde o seu batismo original até o seu uso corrente, mostrando que a identificação de algo deve conjugar referências empíricas e históricas. Contudo, a despeito da interessante e bem humorada análise, Gracia passa dessa discussão diretamente à questão dos nomes étnicos identificados com jovens unidades culturais que já se encontram em processo de relativização devido ao enfraquecimento do Estado Nacional. Na realidade, a sua discussão sobre a diferença entre significado e referência não incluiu a relação entre “representação” e “classificação”, que nos permitiria passar da discussão lingüística e epistemológica à discussão étnica e social sem muitas perdas e danos. Ao ganhar um status conceitual, nomes “representam” algo, e ao se aplicar tal função representativa a pessoas surge o problema e relevância da identidade. Gracia nos diz que nomes em geral são importantes porque identificam algo, mas não vê que nomes étnicos também têm uma carga “representativa” e política.

Isto nos leva a reconsiderar também o terceiro capítulo. O título “O que faz com que sejamos o que somos? A chave para nossa unidade na diversidade”, já indica um desvio de percurso. Pois após uma análise lingüística e conceitual da relação entre nomes, pessoas e grupos, tal como se vê no segundo capítulo, a pergunta a esperar seria: “O que faz com que sejamos denominados  $x$  ou  $y$ ”? Ou seja, o que faz com que sejamos *denominados* ou *representados* como somos? Há diferença entre a correta identificação de algo por um nome próprio e o processo de nomeação. Num giro decididamente metafísico, Gracia está mais interessado na essência histórica por trás de um nome, não no processo cultural e político de “nomeação” ou, para usar a terminologia de Kripke, no “batismo”. A expressão “índios” para os habitantes originais das Américas traz consigo um claro e problemático exemplo da representação. É claro que Gracia tenta evitar um certo essencialismo étnico ao afirmar a relatividade histórica dos nomes, mas sua ênfase no termo “hispanico” por sobre as categorias tribais ou nacionais o leva a um certo historicismo.

Em terceiro lugar, não teremos que nos deter com mais detalhes nos vários capítulos que ampliam a discussão estabelecida nos capítulos iniciais, mas nos limitaremos a pontuar outras questões na conclusão do livro, que nos levam ao problema do “reconhecimento”. Não basta que uma pessoa ou um grupo sejam denominados ou representados como *x* ou *y*, mas deve-se ver até que ponto um termo é aceitável e sob que justificativa. Sob o ponto de vista histórico-filosófico, mais evidente no capítulo final, Gracia trata desse tema sem se dar conta. Ele observa a compartimentalização da filosofia e acentuação de uma “filosofia americana”, o pragmatismo, que se afirma como *mainstream* dos Estados Unidos, mas critica o *establishment* filosófico por não reconhecer a identidade hispânica. Por isso, Gracia vê a necessidade de escrever a partir de sua situação contingente de hispânico/latino – ou mais precisamente: Cubano-Americano –, por que pertence a uma família histórica não reconhecida. A questão do “reconhecimento” em sentido epistemológico, moral e político, é pois a resposta à pergunta fundamental que colocamos, e não é sem razão que ela está na base dos escritos atuais sobre multiculturalismo e política da diferença.

Contudo, ao tratar dessa questão, Gracia se limita ao recurso um tanto apologético em vista de sua própria situação, sem necessariamente explorar as várias diferenças. Ele parte do pressuposto de que o modelo da filosofia profissional nos EUA é válido, devendo tanto absorver como se abrir às expressões da filosofia hispânica, que por sua vez deve abarcar as demais diferenças culturais – latino-americanas e ibéricas. Ele não questiona nem critica o modelo oficial, nem as concepções decididamente genéricas, que se opõem a outros modelos histórico-filosóficos (filosofia analítica, filosofia continental, filosofia feminista, filosofia árabe, etc.), e a projetos específicos nos vários países latino-americanos. Por que não falar de filosofia analítica equatoriana, estética guatemalteca, filosofia política paraguaia, matemática inca, etc? E, nesse contexto, por que não incluir mais adequadamente o Brasil – o maior país da América Latina, que recebeu o maior contingente de africanos e

européus, e é sem dúvida um dos maiores exemplos da mestiçagem e seus problemas – e discutir a adequação ou não do termo “hispanico” à cultura brasileira? Aqui se mostra o problema central: inserido no sistema da filosofia profissional dos Estados Unidos, Gracia não o questiona, mas apela para que esse sistema “reconheça” a identidade latina/hispânica que ele de certo modo “representa”; mas ele mesmo não faz jus à variedade de culturas e expressões que poderiam e deveriam ser reconhecidas mais direta e profundamente, sem tanto depender das mediações reducionistas.

Duas questões orientaram nossa leitura de *Hispanic/Latino Identity. A Philosophical Perspective*. A primeira, colocada por nós ao identificar o livro, se referia ao seguinte ponto: a questão da identidade hispânica/latina é de interesse para a área da filosofia? E a segunda, colocada pelo próprio Gracia logo no início do livro foi: por que publicar um livro sobre identidade hispânica/latina agora? O livro é sem dúvida relevante para a filosofia, sobretudo no contexto dos Estados Unidos, e surge em momento oportuno, quando todos estão mais sensíveis a questões multiculturais e podem se abrir para reconhecer outras vertentes filosóficas até então desconsideradas. Contudo, várias outras interrogativas foram apresentadas, principalmente nos títulos dos vários capítulos, e a curta conclusão do livro nos mostra que respostas mais precisas e adequadas ainda não foram dadas a questões que permanecem em aberto. O livro é, mais do que nada, e segundo seu próprio autor, o testemunho contingente de um *desterrado*; mas faz proposições muitas vezes problemáticas que aspiram a uma aplicação e validade geral, sobretudo a pretensão de representar uma variedade de culturas filosóficas em um só termo. Portanto, devemos ser mais parcimoniosos na leitura da proposta de Gracia, analisá-la a fundo e complementá-la com dados específicos, antes de podermos aceitá-la cabalmente. O livro é, afinal, uma provocação e convite a novas reflexões e reações sobre esse tema.